

INVESTINDO EM UMA RELAÇÃO: O PATRIMÔNIO CULTURAL E A ECONOMIA

Resenha do livro: Economia do Patrimônio Cultural,
de Françoise Benhamou. São Paulo:
Edições SESC, 2016, 144p.

Fernando Atique¹

Neste ano de 2017, o Decreto-Lei n. 25, considerado a *certidão de nascimento* da institucionalização do patrimônio no Brasil comemora 80 anos. O decreto é entendido como o deflagrador da primazia do tombamento na gestão dos bens culturais. Inegavelmente, o é. O campo do patrimônio moldou-se institucionalmente no Brasil a partir dos anos de 1930 recorrendo a este instrumento de preservação para a manutenção de seus bens, em especial, os edificados, mas tutorado por duas chaves importantes: as dimensões *histórica* e *artística*. Torna-se muito importante observar o quanto estas dimensões criaram um imaginário acerca dos bens culturais no país, imputando um conhecimento tecnocrático de valoração que apartava os bens do próprio ambiente social, muito embora fossem os produtos ligados à sociedade que o Patrimônio no Brasil buscasse salvaguardar.

O patrimônio brasileiro foi visto, então, por décadas, como um ente ligado às artes e à história, assunto de intelectuais, e decidido nos altos círculos de governança da União, e, depois, dos estados e municípios. Falar do âmbito orçamentário, e, mais, de seu consumo, nunca foi recorrente no país, e demorou a tornar-se pauta de outras áreas.

Estas considerações são um pequeno preâmbulo para mostrar o impacto que esta publicação do SESC que estamos analisando poderá ter na seara preservacionista do Brasil. O livro de Françoise Benhamou, professora francesa de ciências sociais e de economia da cultura, intitulado *Economia do Patrimônio Cultural*, lançado em 2016, vem consolidar uma perspectiva ampliada acerca do universo da preservação dos bens culturais. Enfrentando uma tarefa que no ambiente acadêmico brasileiro não é usual, a da economia e dos impactos que certa financeirização da cultura promove, Benhamou abre uma senda instigante para a compreensão do quanto a sociedade contemporânea transformou a ideia de patrimônio.

Se, no país, entre as décadas de 1930 a 1970, patrimônio era sinônimo de arquitetura, escultura e pintura, e também servia para designar — quando usado com *P*, o órgão federal de preservação, o SPHAN, depois

¹ Pós-Doutor em História (NYU, 2016). Docente de História, Espaço e Patrimônio Edificado na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: fernando.atique@unifesp.br

IPHAN – desde os anos 1980 os bens culturais foram ampliados e inseridos em uma perspectiva antropológica e definidos a partir de uma participação social que se efetivava. O arejamento das políticas, redundou num ambiente mais plural, mais denso e mais tenso.

Tensão é uma característica inerente ao patrimônio. Ela pode ser notada desde que se instituiu o ambiente preservacionista moderno – pós-Revolução Francesa – e sempre permeará as negociações que envolvem os bens culturais. Entretanto, os órgãos de preservação brasileiros constantemente evitaram – assim como as universidades e museus – tratar da dimensão pecuniária. Após a onda neoliberal verificada a partir dos anos 1980, na Europa e na América Latina, tornou-se muito complexa não apenas a manutenção de políticas ancoradas num Estado Nacional, como a não incorporação de um discurso lucrativo para o ambiente da cultura. As primeiras iniciativas a este respeito foram verificadas no âmbito dos museus e galerias, que se voltaram a uma espetacularização de seus acervos, na instalação de lojas temáticas e na produção de longas filas de visitação, de artistas “pop” *post mortem*, via de regra. Houve uma naturalização, então, de que os museus eram territórios de mostras sazonais e que o consumo artístico e cultural era decorrência direta da compra do *souvenir*.

Esta perspectiva sedutora do ambiente museológico à venda após a visitação, migrou para outros ambientes da cultura. Cidades, não muito tempo depois, foram colocadas no patamar do mercado, influenciando uma transformação do ambiente de turismo, que deixou de ser de estadia e percepção, para tornar-se sinônimo de movimento, consumo e registro fotográfico massificado, ampliado pela tecnologia das fotografias digitais.

Exibição de curtas e longas-metragens em festivais de cinema; encenações concomitantes de peças de teatros em mostras; concertos musicais e produção de álbuns e vídeos também se inseriram no ambiente da economia cultural, e fazem parte de calendários oficiais de muitas cidades, em especial no mundo ocidental. Há, então, uma notória necessidade de compreensão deste ambiente, pois ampliado como foi, as tradicionais definições e sobretudo as práticas, não respondem às indagações dos produtores, gestores e consumidores da *cultura*.

O que chama a atenção de imediato na obra de Benhamou é que enfrentada esta mudança de paradigma, a autora não se recusa a pensar as possíveis estratégias de mitigação dos efeitos desencadeados pela mercantilização do setor cultural, apresentando críticas (aos efeitos de lucratividade desenfreados) e mostrando estruturas de gestão dos bens. É esta a proposta, segundo a autora, deste livro, que se:

Atém principalmente às construções urbanas e rurais (...), aos sítios arqueológicos, museus. Trata também das bibliotecas, dos produtos da arte,

dos arquivos e do patrimônio científico e técnico. Interessa-se finalmente pelo patrimônio imaterial, o *savoir-faire*, as tradições, as línguas etc. A área é gigantesca e a economia de cada um desses campos não obedece necessariamente à mesma lógica. Ela está relacionada com as atividades de turismo, com o artesanato artístico e, como a difusão do patrimônio transita pela internet, com a economia das redes e da informação. A articulação entre os modos de financiamento, o peso das regulações e o peso das obrigações ligadas à valorização apresenta-se de modo bastante diferente conforme os campos abrangidos (BENHAMOU, 2016, p.12).

O livro, escrito de maneira muito direta, e com uma estrutura enxuta – seus capítulos possuem subdivisões também curtas e focadas – permite que qualquer interessado nas discussões patrimoniais possa obter reflexões importantes em uma breve leitura. Os assuntos, como revelado na citação, são muitos, indo de uma definição em perspectiva histórica do patrimônio, até os impactos das cobranças de ingressos em instituições museológicas, passando pelos impactos da produção e da comercialização fonográfica, de livros, quadros e dos espetáculos das cenas, analisando, ainda, arquitetura e cidades. Publicado, pela primeira vez em 2012, tornou-se um manual *de bolso* aos interessados na gestão do patrimônio. Bem recebido pela crítica francesa, o livro permitiu a recolocação de discussões que já permeavam os escritos de outros autores, dentre eles Françoise Choay, que em *A Alegoria do Patrimônio*, já chamava a atenção para o “patrimônio histórico na era da indústria cultural”, num patamar pós-benjaminiano (CHOAY, 2001). Esta autora, mostrando o crescente enredamento da mercantilização, alertava que na sociedade contemporânea – seu livro fora publicado na França, em 1992 – a “cultura” perdia “seu caráter de realização pessoal”, tornava-se “empresa, e logo indústria” (CHOAY, 2001, p.211). Choay apontava como as palavras garantiam certo respaldo dentro das instituições governamentais francesas ao fenômeno cultural da contemporaneidade, uma vez que nos anos 1960, Malraux transmutou a palavra cultura e a inseriu nos assuntos de Estado da França (Choay, 2001). Torna-se importante perceber, então, que o livro de Benhamou está tentando enfrentar este cenário pintado por Choay acerca da mercantilização da cultura. Choay escreveu que:

Se fosse preciso (...) datar a ‘decolagem’ dessa indústria na França e seu endosso pelo Estado, poder-se-iam tomar como pontos de referências simbólicos duas inaugurações. Primeiro, em 1987, com toda a visibilidade das coisas oficiais, a do Museu d’Orsay, cujo organograma mostra que sua vocação é doravante, a produção prioritária e sistemática de serviços e de comunicação; depois, em janeiro de 1988, na penumbra do mercado de arte, a do Primeiro Salão Internacional dos Museus e das Exposições (CHOAY, 2001, p. 211).

Não curiosamente, o livro de Benhamou trata desses dois pontos. Museus e exposições tornaram-se, como preconizava Choay, pontos nodais da economia cultural. São as superfícies mais visíveis do consumo da *cultura*. Choay, criticando esta prática, argumentou que os monumentos e o patrimônio estavam sendo postos “à disposição de todos” – ampliando, em chave positiva, segundo ela, o conhecimento, mas também estavam sendo transformados em “produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2001, p. 211). Benhamou argumenta, em seu livro, que este consumo não tem como ser evitado, contudo, pode ser regrado, estruturado e transformado. Afirma, a autora, que o “consumo patrimonial” está “relacionado com variáveis de lazer e educação, e o preço só interfere marginalmente na decisão de visitar este ou aquele local patrimonial” (BENHAMOU, 2016, p.37). Mas por quê?

Benhamou alinhavou estudos pouco conhecidos daqueles cujos focos no campo do patrimônio estão nas dimensões artísticas e históricas. Mostrou, por exemplo, como pesquisadores da economia, da ciência política e da demografia produziram trabalhos relevantes para a compreensão da montagem de público, do perfil de visitantes e da frequência a equipamentos culturais, de maneira a qualificar a compreensão dos fenômenos também em dimensão social, uma vez que os “bens culturais são bens de experiência” (BENHAMOU, 2016, p.43). Esta afirmação, assim, nos mostra o quanto a popularização de alguns equipamentos culturais, como pinacotecas e museus, mas também de centros urbanos se valem da divulgação midiática, já que em sociedades metropolitanas, muitas vezes a “experiência” de um repórter televisivo mostrando sua visita a uma cidade pode estimular um indivíduo a procurar a mesma cena, já que “o consumo está sujeito a fenômenos de imitação”, os quais, no fundo, para a autora, “permite[m] restringir o risco de decepção”, já que investir em programas culturais pode significar dispêndio de parte significativa de rendas (BENHAMOU, 2016, p. 43).

Algo interessante apresentado na obra, reside no fato de que na tradicional forma de abordagem do patrimônio, estamos acostumados a pensar na atribuição de valor de uma obra a partir das chaves que estão no Brasil, ancorados no próprio Decreto-Lei n. 25: os valores artísticos e históricos. Benhamou mostra que os agentes culturais não podem se furtar a pensar mais uma dimensão de valor: o de uso (BENHAMOU, 2016, p.44). O valor de uso de um bem cultural não diz respeito exatamente ao *preço* do bem cultural, mas, sim, à compreensão de seu impacto no ambiente de determinada localidade. Esta parte do livro, então, abrange um dos pontos mais sensíveis do patrimônio: a questão da gratuidade ou não de acesso aos produtos culturais. Com uma visada muito próxima da econometria, a autora escreve que “a gratuidade pode ser compensada, do ponto de vista

dos recursos do estabelecimento, pelas despesas relacionadas à visita (alimentação no local, compra de produtos derivados)” (BENHAMOU, 2016, p. 53). A conclusão da autora, em um raciocínio de matriz francófona é: “o consumidor mais abonado subvenciona o menos favorecido pela compra de produtos relacionados” (BENHAMOU, 2016, p. 53). Mas Françoise Benhamou não é uma pesquisadora pueril. Na sequência, ela mesma detecta o quão perversa esta lógica pode ser, uma vez que deixa explícito que não “sabemos se a despesa beneficiará, de fato, o estabelecimento” (BENHAMOU, 2016, p.53). Isto mostra que a obra também revela uma dimensão de crítica às fórmulas vendidas como *mágicas* para a gestão patrimonial e aponta supostos desvios entre o melhoramento das instituições e possíveis práticas fraudulentas.

A ideia de uma nebulosa envolvendo o mundo da gestão patrimonial não passa despercebida pela autora. Abordando os pesados valores de uma restauração de edificação, ela aponta algumas teorias econômicas que tendem a gerar caminhos para levantamentos de fundos para obras. Abordando o quanto a arquitetura de *grife* pode emprestar respeito e produzir atração de público a iniciativas de reabilitação de edifícios, Benhamou lista os “novos” programas “do patrimônio”, que residem em criar adegas em caminhos “históricos”, hotéis em regiões de peregrinação, e transformar lugares antigos em locações rentáveis a filmagens de cinema e de televisão. Estas estratégias de uso de espaços não são novas, mas foram potencializadas em nosso tempo, uma vez que o caráter digital permite tornar íntimos de edifícios e cidades, pessoas que nunca pisaram naqueles espaços, uma vez que a imagem aproxima e gera um grau de pertencimento social, tal qual um *hyperlink* da internet (ATIQUE, 2016).

É difícil detectar, à primeira vista, se o trabalho de Benhamou é defensor ou crítico desta seara de espetacularização da cultura. Uma pista de que a obra é séria e crítica, é dada pela “orelha” da edição brasileira assinada por Paulo Garcez Marins, da USP. O pesquisador, referencial no debate sobre patrimônio cultural no país, mostra que Benhamou escrutina com cuidado os riscos que cercam o patrimônio cultural (MARINS, 2016, orelha). Também o endosso do Sesc à edição, entidade importante para a formação de público e promotora de debates, shows e espetáculos culturais garante que o leitor tem em mãos um livro mais que informativo, um estudo pautado por rigor.

Particularmente, percebemos que Benhamou age como uma observadora atenta dos fenômenos contemporâneos e se posiciona, como esperado de uma *scholar* de sua envergadura. Em especial, a citação a seguir revela o quanto esta obra pode servir para não negarmos a existência de um mercado de bens simbólicos hipervalorizado na contemporaneidade, mas, alerta para não o tomarmos como um dado irreversível, capaz de simplesmente ser endossado:

Os efeitos do turismo sobre o resto da economia são mais ambivalentes do que geralmente se diz. Se, de um lado, ele cria empregos, do outro, provoca uma alta dos preços de alguns bens de consumo (cafés, restaurantes, hotéis, estacionamentos etc.) e uma atração por atividades eventualmente menos produtivas e socialmente menos úteis do que outras. Neste sentido, o argumento dos impactos econômicos positivos via turismo cultural deve ser aprimorado (BENHAMOU, 2016, p. 85).

Criticando a explosão do turismo, Benhamou também aponta algo importante: o efeito em *cascata* que ronda as cidades transformadas em destinos de massas. Para ela, o turismo deve promover o desenvolvimento da cidade, de maneira a não gerar nem o enobrecimento urbano (*gentrificação*), tampouco a expulsão de moradores, que padecem da alta dos imóveis, em função da instalação de serviços e atividades comerciais voltadas aos “visitantes” (BENHAMOU, 2016, p. 87).

A especulação monetária também provoca danos ao patrimônio. Se, tradicionalmente no mundo ocidental artistas foram usados para promover comitentes, ancorar recursos monetários, e promover valorização de fortunas, na contemporaneidade, essas dimensões também foram alçadas à categoria do mercado financeiro, levando cidades, museus, obras de artes e produtos *culturais* a serem investimentos tal qual ações nas bolsas de valores. Benhamou aponta os riscos de tal pensamento, e comenta que:

É preciso saber romper com as frequentes tentações hodiernas de enxergar no patrimônio unicamente um instrumento de desenvolvimento econômico: essa concepção leva para o campo fatal do entretenimento o que pertence à transmissão cultural entre gerações e às solidariedades de todo tipo que deverão tornar o patrimônio a mais frágil e mais necessária propriedade de todos (BENHAMOU, 2016, p.130).

Assim, esta obra que chega em português pode auxiliar no amadurecimento das práticas preservacionistas, e o momento é dos mais propícios, como dito no início desta resenha: ao olharmos para o Decreto-Lei n. 25, que completa 80 anos, perguntamos: como tratar este legado do IPHAN sem alijá-lo de subsistência econômica? Como ampliar sua recepção e ao mesmo tempo não o transformar em *souvenir* simplesmente? Essas indagações podem ser respondidas pelo livro de Benhamou, sem dúvida alguma.

Embora seja leve, a leitura da obra requer certa atenção e familiaridade com fórmulas e termos de marketing e economia. Trata-se de um livro que pode ser lido por todos os interessados no campo da preservação dos bens culturais, mas também gera aprendizado a esses agentes. Ao trazer reflexões típicas da economia para o debate do patrimônio, Benhamou

nos introduz às dinâmicas do pensamento econômico, o que não enfraquece e nem torna hermética a discussão, antes, como ela mesma defende “a visão econômica do patrimônio terá mostrado (...) a importância desse estoque de riquezas e as possibilidades de valorizá-lo e enriquecê-lo” (BENHAMOU, 2016, p. 130). Este alerta da autora nos permite compreender, então, que seu trabalho descortina mais uma das teias de tensões que enredam o patrimônio: a economia do patrimônio cultural não pode ser vista como redentora da cultura, exatamente porque a cultura é feita por sociedades, e, estas, quanto mais densas e mais complexas, mais interessantes se tornam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIQUE, Fernando. A mediatização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 149-175, dez de 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0306>. Acesso em 25 de Junho de 2017.

BENHAMOU, Françoise. *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Edições SESC, 2016. Tradução de Fernando Kolleritz.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001. Tradução de Luciano Vieira Machado.

MARINS, Paulo César Garcez. Orelha, In: BENHAMOU, Françoise. *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Edições SESC, 2016. Tradução de Fernando Kolleritz.